

Duas polícias

Argumentos corporativistas à parte, ninguém consegue dar uma só boa razão para que continuem existindo duas forças policiais, uma militar e outra civil. Não apareceu até agora um único argumento irresponsável, definitivo, que justifique a anomalia. Nada que explique o fato de a segurança pública nos Estados e no Distrito Federal ser entregue a duas corporações autônomas, com organizações totalmente diferentes e que de vez em quando se estranham e entram em conflito.

Tudo bem que haja uma polícia federal e que existam as guardas municipais, com suas atribuições e tarefas específicas. Mas duas polícias estaduais e no DF é demais. Uma, a militar, faz o policiamento ostensivo e de trânsito e atua em conflitos, com homens e mulheres fardados. A outra, civil, exerce as funções de polícia judiciária: investiga, faz perícia, forma o inquérito policial. Mas também tem suas tropas de elite para pronta intervenção.

Teoricamente, quem coordena as atividades das duas polícias é a Secretaria de Segurança. Teoricamente. O que acontece aqui em Brasília, por exemplo, é que o secretário de Segurança é, na verdade e com todo o respeito, uma "rainha da Inglaterra". A Polícia Militar e a Polícia Civil têm autonomia administrativa e financeira. O comandante da PM e o diretor-geral da Polícia Civil não têm de prestar contas ao secretário e, geralmente, despacham diretamente com o governador. A Secretaria apenas articula ações conjuntas e de envergadura.

O secretário não pode ser um coronel da PM ou um delegado. Se for oficial PM, a Polícia Civil reclama. Se for delegado, a PM protesta. E é óbvio que entre as pessoas que mais entendem de segurança pública em Brasília e que têm mais condições de chefiar a Secretaria estão, majoritariamente, oficiais PM e delegados. A saída tem sido chamar para o cargo um coronel ou general do Exército ou um advogado. Sempre se lembra que também podem ser chamados um delegado da Polícia Federal ou um membro do Ministério Público. Só não pode coronel PM ou delegado da Polícia Civil. E os coronéis e

delegados não gostam quando o secretário é um advogado ou um general do Exército...

É claro que a unificação das polícias civil e militar não pode ser feita de um dia para outro. É preciso um planejamento que preveja cada passo e que nada seja feito atabalhoadamente. Alguns alegam que sem o caráter milita, a polícia perderá a disciplina. Bobagem, é possível ter uma polícia desmilitarizada e disciplinada — e os mais graduados policiais civis e militares sabem disso, pois conhecem polícias de outros países.

Passo a passo, mas sempre em frente, a unificação é possível. Os novos policiais já poderiam ser preparados e treinados dentro da nova perspectiva. Alguns, depois de formados, seriam destacados para o policiamento fardado, outros para as investigações, de acordo com o grau de preparação e a vocação. Fardados ou não, os policiais têm de ser da mesma corporação, submetidos a um só comando. E promovidos por merecimento ou antiguidade, com condições de evoluir na carreira de acordo com os cursos que fizerem.

Ninguém apresenta um argumento realmente forte contra a unificação das polícias

Essa discussão pressupõe outra, que a Polícia Civil detesta: a idéia de que acabem os inquéritos policiais, presididos por delegados, e sejam instituídos os juízos de instrução. As investigações seriam comandadas pelo Ministério Público, mais ou menos como nos filmes americanos, em que os detetives estão sempre se reportando ao promotor.

Outra discussão fundamental, e não menos complicada, é a partidarização das corporações. Policiais com alguma vocação política descobriram o filão eleitoral que são os quartéis e delegacias e hoje procuram "comandar" as tropas a partir de seus gabinetes nas assembleias legislativas, na Câmara Legislativa do DF e no Congresso Nacional. Com cacife eleitoral e capacidade de mobilizar, pressionam governos, organizam movimentos e lideram greves. Indicam comandantes, articulam suas "panelinhas" e alguns até reivindicam chefiar a Secretaria de Segurança. Entre coronéis, delegados, oficiais do Exército, advogados e procuradores, seguramente essa seria a pior opção.